



**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2022/2026**

Dados da reunião			
Local Sala de Reunião do IPC		Data 05/05/2025	Horário 08h30min
Participantes			
Diretora – Presidente do IPC		Juliana de Lima Silva Rodrigues	
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Priscilla Gracielli do Rosário	P	Brunella Batisti Barcelos	
Bianca dos Santos Rangel Olindino	P	Fernando Santos Macarineli	
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Sabrina Nascimento Dantas Miranda	
Paulo Cezar Peixoto		Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura	P	Rogério Cipriano Moreira	
Danuza Matos Ribeiro	P	Maria Odete Marchesi Groberio	



Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P	Charles Muniz Pereira	
Convidados			
Kamila Délis da Silva	P		
Objetivo			
Reunião Extraordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto: ● Reforma do Regime Próprio de Previdência do Município; ● Emenda da Lei Complementar nº 28/2009.			
Encaminhamentos da reunião			
1º Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 05 de maio de 2025, na sala de reunião do IPC, sob a direção da diretora presidente do IPC Juliana de Lima Silva Rodrigues. Presentes à reunião os conselheiros, Jhawa Memelli de Moura, Priscilla Gracielli do Rosário, Danuza Matos Ribeiro, Menderson Rezende de Moura, Bianca dos Santos Rangel Olindino, Jonas Ferreira Campos e Patrícia Luiza Sampaio Miguel. Iniciada a reunião às 08h35min, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas agradecendo a presença de todos. A presidente convidou a servidora Kamila Délis da Silva para a relatoria da reunião, perguntando aos conselheiros se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção, ato contínuo, apresentou a pauta a ser analisada: Reforma do Regime Próprio de Previdência do Município; Emenda da Lei Complementar nº 28/2009.			



Considerando a pauta apresentada, passou-se à discussão dos assuntos do dia:

- **Reforma do Regime Próprio de Previdência do Município:** A diretora presidente do IPC iniciou a reunião tratando a respeito da reforma da previdência que já vinha sendo estudada e discutida por diretores anteriores e que precisava ser realizada. Apresentou aos conselheiros administrativos o processo com o ofício do prefeito e a cópia da minuta da reforma, relatando a necessidade do tema que seria enviado à Câmara Municipal de Cariacica. Segundo o ofício enviado, a medida atende ao imperativo constitucional de adequação dos regimes próprios de entes federativos às novas regras estabelecidas pela união e resulta de um extenso processo de análise técnica, jurídica e atuarial conduzidos em parceria com a Secretaria de Governo e o Instituto de Previdência de Cariacica. Juliana explicou que é um tema delicado, mas que era esperado de acontecer e necessário, sendo até uma indicação do Tribunal de Contas nos anos de 2022 e 2023 nas prestações de contas. A diretora presidente fez a apresentação da emenda com 16 artigos. Juliana ponderou que a reforma da previdência é essencial porque como visto na última reunião do conselho na apresentação do relatório da avaliação atuarial, existe um déficit, e que hoje está sendo aportado em média 13 milhões da Prefeitura de Cariacica.

Os artigos da minuta que foram apresentados são: Ato do poder executivo para gerar ativos através de imóveis no município; alteração da idade mínima para aposentadoria; aposentadoria voluntária; inclusão da aposentadoria por Incapacidade; aposentadoria Compulsória; inclusão da aposentadoria especial por exposição a agentes químicos, físicos e biológicos; aposentadoria especial



do magistério; aposentadoria da pessoa com deficiência; novo cálculo para pagamento de pensões; vedação da acumulação de mais de uma pensão no mesmo regime, com exceção dos cargos acumulados; cálculos dos benefícios; regra de transição; regra de pedágio.

O conselheiro Jhawa Memeli que trabalha no setor de benefício do IPC comentou alguns pontos que serão alterados e incluídos. O conselheiro Menderson se manifestou a respeito de quanto essas alterações podem não ser benéficas para os servidores municipais de Cariacica e que infelizmente não podem mudar o que foi colocado. A diretora Juliana explicou que hoje já existe um déficit de quase 300 milhões de reais e como já se vê, a população está vivendo mais e para não se correr o risco futuramente, no que é permitido pela Lei, é preciso que ocorra esta reforma da previdência, podendo até vir outra ao longo dos anos para manter os pagamentos dos benefícios em dia.

A conselheira Patrícia em sua fala, disse que a sociedade como um todo deveria ter começado a lutar pelos seus direitos bem antes, e que não possuem governabilidade para fazerem enfrentamento dessas alterações. O conselheiro Jhawa disse que em outros institutos, o conselho deliberativo tiveram um prazo para estudarem e discutirem as mudanças para manifestarem suas opiniões e no conselho do IPC não tiveram tempo hábil para analisarem a reforma da previdência, pois já chegou no dia que seria encaminhado à Câmara Municipal de Cariacica.

Retornando a apresentação, a diretoria presidente do IPC continuou a falar dos pontos a serem alterados ou incluídos, sendo eles: paridade; reajuste igual a regra do RGPS quando o cálculo for efetuado pela média aritmética simples



100% do período contributivo; direito de assegurar o benefício mais vantajoso para o servidor; abono de permanência, mudanças na fórmula de cálculo; alíquota de contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas acima de quatro salários mínimos; previsão em lei para autorização de alíquota extraordinária para custeio; data de corte do fundo financeiro de 2006 para 2003 (compra de vidas); autorização do município para promover transferência de patrimônio imobiliário e direitos ao fundo previdenciário até o montante do passivo do fundo financeiro; instrução para transferência de imóveis e bens e alienação de propriedade para exploração econômica de cobertura do passivo; possibilidade de credenciamento de fundo de investimento para geração de renda e monetização de bens; autorização para a prefeitura locar objeto de transferência; autorização da prefeitura para oferecer garantia de ICMS; autorização de contrapartida a ser antecipada podendo o contrato ser renovado; aporte de 100% do imposto de renda até 2064 incidente na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas; havendo superavit terá transferência de servidores do fundo financeiro para o fundo previdenciário.

Finalizada a apresentação, Juliana explicou aos conselheiros que no que compete ao conselho administrativo, fiscal e comitê de investimentos, será apresentado para aprovação e ciência.

Todos ciente.



• **Emenda da Lei Complementar nº 28/2009:** A diretora presidente do IPC trouxe aos conselheiros a respeito da Lei Complementar nº 28/2009 que irá detalhar o que estará presente na Lei da Reforma da Previdência.

Tendo em visto que ocorreu algumas mudanças no instituto com por exemplo a perícia médica dos servidores ativos, licença maternidade e auxílio doença, vários artigos da Lei 28/2009 deverão ser revogados.

A conselheira Patrícia que é servidora ativa do município, aproveitou o assunto tratado para informar que no ponto eletrônico, o registro de licença médica aparece ainda como licença IPC, sendo bom solicitarem a devida alteração.

Juliana informou que aproveitando as alterações que serão realizadas na lei complementar 28/2029, solicitou a retirada das atribuições dos cargos efetivos. Informou aos conselheiros que será feito o plano de cargos e salários dos servidores do IPC e será criado uma comissão para iniciarem o processo.

Foi solicitado também a criação de um cargo comissionado para contratação e compras, pois hoje no instituto não possui um setor específico para o trabalho, ficando distribuído a poucos servidores, trazendo assim alguns atrasos nos trâmites administrativos. Solicitou que fosse incluído os seguintes atos: criação do secretariado dos conselhos administrativo e fiscal; solicitação de uma gratificação de responsabilidade do controle interno para a controladoria do IPC; reorganização dos membros dos conselhos administrativo e fiscal; inclusão das atribuições dos cargos comissionados; jeton do Comitê de Investimentos.

Todos ciente.



Com as devidas considerações, a reunião terminou às 10:00h. Não havendo mais nada a tratar, eu, Kamila Délis da Silva, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

• Fechamento da reunião

Data: 05/05/2025 às
10h00min.

Relator: Kamila Délis da Silva

Juliana de Lima Silva Rodrigues

Presidente do Conselho